

DF - Educação

SEM CEDER, NINGUÉM AVANÇA

João Monlevade

Para mim e para todos que têm filhos e amam a escola pública, e especialmente para quem acredita que o GDF está no caminho certo da educação democrática e de qualidade, esta greve, embora parcial, está-se constituindo em desgaste intolerável.

De um lado, um professorado com a mais alta média salarial do Brasil, com a melhor formação acadêmica e com a invejável proposta da Escola Candanga, já realidade em assumir no ensino fundamental as crianças de seis anos e levá-las por progressão continua até o ensino médio.

Por outro, um Governo com incessante criatividade em seus objetivos e instrumentos de ação educativa, entre os quais sobressai a bolsa escola, mas que se realiza também pela gestão democrática da comunidade escolar e pelo tempo integral dos professores, entre outras inovações de sucesso.

No meio de campo, 50 dias de impasse: o Sindicato dos Professores (Sinpro) querendo reajuste salarial linear de quase 50% e mais algumas dezenas de reivindicações menores e o GDF repetindo o refrão de que não dispõe de recursos para qualquer ampliação da folha de pagamento. Quem tem razão?

No meu entendimento, nenhuma das duas partes.

O GDF negar qualquer aumento de despesa com folha é, no mínimo, incompreensível. Primeiro, porque existe um aumento inercial, determinado pelas agregações de gastos devidos em virtude das progressões do Plano de Carreira, que são inevitáveis e provavelmente já estão previstas orçamentaria-

riamente. Segundo, porque, como tem corretamente anunciado o governo, as mil e tantas novas salas de aula se enchem de alunos novos, a que correspondem novas contratações de professores, e, portanto, novas e muito bem-vindas despesas. Terceiro — e aqui está o xis da questão — porque os recursos para a educação e para o salário dos professores são verbas vinculadas aos impostos. Ora, ao que me conta e isto é um trunfo de Cristovam, a arrecadação está aumentando. O que significa isto? Que — teoricamente — haveria possibilidade de reajuste, a não ser que o aumento da arrecadação estivesse sendo gasto com o aumento inercial da folha ou com a ampliação do quadro de professores. Ora, estas questões se esclarecem numa mas de negociação

e o Sinpro tem amadurecimento suficiente para entender que é preferível garantir empregos e mais empregos públicos, além do aumento inercial a carreira que atualmente supera as perdas inflacionárias, do que apostar no incentivo à rede privada, como se praticava em governos anteriores.

Mas existe um complicador nas finanças da educação do DF: a participação direta das verbas da União no pagamento dos trabalhadores da educação. Ao contrário dos outros Estados e Municípios, que sobrevivem às custas dos próprios recursos, o Distrito Federal é assistido com mais de R\$ 600.000.000 para suas despesas de educação, costume da idade da Corte de Pedro I. Daí ser necessário o estabelecimento definitivo de uma política de colaboração fixa e previsível para a divisão das despesas da educação pública entre a União e o GDF, como manda a Constituição. Sem isto, sem esta clareza que hoje

Brasil afora é dada pelo FUNDEF — malgradas suas limitações — prevalece a tentação de ninguém ceder, nem os professores nem o GDF, na esperança que “sobre para a União” o pagamento das extra-contas. Tem razão Cristovam que em 1995 arcou com seus recursos nas melhorias salariais dos professores, que comparecem hoje às assembleias com carros bem

mais novos dos que tinham nas greves do tempo do Roriz. Têm razões os professores que não entendem de finanças educacionais mas vêm suas perdas comprometer suas despesas, inclusive as prestações de seus merecidos carros novos.

O que, para mim, significa ambas as partes cederem, para avançar?

Para começar, sentarem-se à mesa e estudarem a estrutura e a conjuntura educacional brasileira, inclusive a pobreza da maioria dos que sustentam o GDF e os professores com seus impostos. Para continuar, refletir que quase 70% dos professores filiados ao Sinpro em greve estão dando aulas normalmente e é andar na contramão quando se decide por minorias, por mais iluminadas que pareçam ser. Também para continuar, refletir que um Governo que se diz e é internacionalmente reconhecido como comprometido com a educação de qualidade precisa custear seu ensino mais com o trabalho (e os impostos) de sua população do que com o suor dos brasileiros de fora.

■ João Monlevade é membro do Conselho Nacional de Educação e da Câmara Básica de Educação

12 JUN 1998